

«História global», berço ocidental

Onde nasceu a globalização?

A intenção é legítima: construir uma «história mundial» que escape à sobrestimação da história ocidental. Contudo, será que isso nos proíbe de observar que factos históricos maiores tiveram a Europa como actor inicial? É o caso, por exemplo, da globalização. Durante muito tempo instrumento de dominação do Ocidente, esta encontrou hoje outros protagonistas noutros lados do mundo.

ALAIN BIHR *

Aparecida nos anos 1980 nos Estados Unidos, onde o seu sucesso foi fulminante no seio do mundo académico, a *world history*, *global history* ou ainda *big history* (se bem que estas expressões não sejam estritamente sinónimos) espalhou-se na Europa, na América Latina e na Ásia ao longo das duas décadas seguintes. Ela não constitui propriamente uma nova escola histórica, de tal forma as obras que dela se reclamam apresentam divergências nos planos metodológico e epistemológico, sem falar das conclusões às quais chegam. Propõe sobretudo uma nova forma de encarar e de escrever a história da humanidade, colocando-se à escala do mundo.

O que implica em primeiro lugar descentrá-la: não apenas rompendo com a redução desta história à justaposição de tantas histórias nacionais compartmentalizadas quantos os Estados-nação que se formaram, mas também emancipando-se do eurocentrismo ou do orientalismo. Até uma data recente, este levou os historiadores a terem em conta apenas o ponto de vista da Europa ou do Ocidente, que, durante os últimos séculos, exerceram o seu domínio sobre o resto da humanidade, quando não iam mesmo ao ponto de lhe negar qualquer história própria. A *world history* propõe-se por conseguinte multiplicar as aproximações comparativas entre nações, continentes, áreas de civilização, identificando tanto os seus pontos comuns como as suas diferenças, ao mesmo tempo que lhes dá a mesma importância: o que a aproxima das *connected histories*^[1]. Ela interessa-se de perto pelos contributos recíprocos, pelas idas e vindas entre os diversos espaços assim postos em relação uns com os outros, pelas misturas e pelas mesclagens tanto culturais como biológicas, todas suscitadas pela expansão europeia.

Desta forma, ela relativiza, ou mesmo «provincializa», a Europa (para retomar a expressão eloquente de Dipesh Chakrabarty), a sua história, as formas que assumiu como suas categorias de pensamento e seus valores, retirando-lhes qualquer estatuto de excepcionalidade

e privando-a definitivamente do privilégio que durante muito tempo teve de ser a medida dos outros e do mundo^[2]. Ela sublinha que não apenas o seu domínio não se verificou sem encontrar resistência (donde a relação da *global history* com os *subaltern studies*^[3]), mas também que, frequentemente, só o conseguiu exercer instrumentalizando os recursos e os contributos, tantas vezes originais, das formações sociais assim dominadas, fazendo em suma dos dominados actores de corpo inteiro da história do mundo. A *world history* opera mesmo uma revolução copernicana ao considerar que não foi a Europa (ou o Ocidente) o verdadeiro centro ou motor da história, mas outros continentes ou formações – consoante os casos, a China, a Índia e mesmo África –, frequentemente bem à frente da Europa, que ficou a dever o seu primeiro lugar aos contributos das civilizações não-europeias^[4], abrindo assim um parêntesis que estaria, aliás, em vias de voltar a fechar-se^[5].

O coração e o cérebro do planeta

De facto, a *global history* ilustra uma vez mais o princípio segundo o qual a história se escreve sempre no presente. A sua inspiração vem-lhe do que designamos correntemente por globalização^[6], isto é, a última época, até hoje, do devir-mundo do capitalismo, na qual fomos entrando ao longo da segunda metade do século XX, mais precisamente com a ajuda (se é que podemos dizê-lo) da crise estrutural do capitalismo que se iniciou nos anos 1970 e da adopção, em resposta a esta crise, das políticas neoliberais.

A globalização estendeu, intensificou e acelerou a circulação das mercadorias, dos capitais, da informação e, em menor medida, das mulheres e dos homens ao nível planetário: ela ajudou a fazer explodir os quadros dos Estados-nação e as coligações de Estados-nação constituídos nos períodos e fases anteriores ao devir-mundo do capitalismo, e, por isso mesmo, pôs em causa todas as posições

anteriormente adquiridas, ou provocou mesmo algumas inversões espectacularres de situação, algumas frágeis e precárias, outras sem dúvida mais duradouras – pensemos no relativo declínio industrial da Europa ocidental e dos Estados Unidos face ao aumento do poderio dos «países emergentes»: China, Índia, Brasil, etc., após os «tigres» e os «dragões» do Sudeste asiático. Foi ela que pavimentou a via das inversões de perspectiva para as quais nos convidava a *world history*. Evidentemente, o agravamento contínuo da crise ecológica planetária também contribuiu para nos fazer compreender como a humanidade inteira partilha uma comunidade de destino e de perigos.

Mas, se o presente continua a insistir em que voltemos a olhar para o passado com um olhar novo, é ainda necessário que nos protejamos das ilusões retrospectivas que ele pode fazer nascer. Assim, quando a *global history* nos faz compreender que a globalização não data de ontem, só podemos estar de acordo com ela. Em contrapartida, teremos de ter muito mais reservas quando procura fazer-nos acreditar que a globalização dataria da aurora da humanidade ou, pelo menos, que a sua origem se perderia na noite dos tempos^[7]. Que as migrações do *Homo sapiens* tenham coberto bem cedo todo o planeta, contribuindo para inúmeras mesclagens biológicas e culturais, está comprovado. Que tenha sempre havido trocas de diversos tipos e contributos recíprocos entre as formações sociais ou áreas de civilização, entre os «mundos» (quer se trate de «imérios-mundo» ou de «economias-mundo», para falar como Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein) que se desenvolveram nos continentes euro-asiático e africano, entre os quais não há qualquer solução de continuidade territorial, não é menos certo. Mas até ela ter acontecido, a humanidade nunca tinha conhecido nada de parecido com a expansão que os navegadores, mercadores e conquistadores europeus iniciaram a partir do século XV em direcção à África, à Ásia e às Américas.

Esta expansão vai conseguir, nos três séculos seguintes, promover a integra-

ção de grandes sectores destes três continentes numa única rede de relações económicas, políticas e ideológicas, centrada na Europa ocidental e largamente comandada por ela; não apenas interconectar uma pluralidade de mundos que, até então, se tinham em grande parte ignorado, mas ainda fazer nascer a partir daí um mesmo mundo, articulando e subordinando mais ou menos os precedentes, do qual a Europa ocidental vai constituir o coração e o cérebro, ordenando-se os seus outros membros hierarquicamente à volta dela em função das suas próprias exigências, em especial a principal: a valorização do valor, a formação e a reprodução deste «processo de valorização» (Karl Marx) que é o capital. É então, e apenas então, que, pela primeira vez, às vezes pelo melhor e frequentemente pelo pior, os espaços ocupados pela humanidade no planeta foram dominados e organizados num mesmo mundo. Neste sentido, falar de «história global» ou de «história mundial» anteriormente a este processo de expansão não pode constituir senão um abuso de linguagem.

A partir daí, a questão da «excepcionalidade» ou do «privilegio» da Europa tem de voltar a colocar-se. Porque, afinal, do que se trata é de explicar por que é que a partir do século XVI foram os navios europeus – primeiro os portugueses e espanhóis, depois rapidamente os holandeses, ingleses e franceses, sem esquecer alguns dinamarqueses, prussianos e suecos – que se puseram a navegar, não só no Atlântico, mas também no oceano Índico, nos mares da China e do Japão, ligando os seus portos a Lisboa, Sevilha, Antuérpia, Amsterdão, Hamburgo e Londres, preliúdio da sua predominância nestas águas e da sua monopolização das suas trocas, e não barcos japoneses, chineses, malaios, indianos, persas, árabes ou suális que, tendo partido de Nagasáqui, Ningbo, Banten, Malaca, Calcutte, Surat, Ormuz, Mascate, Aden ou Malindi, chegaram às costas africanas, americanas ou europeias do Atlântico para fazer o mesmo. Ou ainda por que é que, num dia de Maio de 1498, é Vasco da Gama que desembarca em Cale-